

DIVERSIDADE E COMPLEMENTARIDADES DO DINHEIRO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PROCESSOS RECENTES E ESPECIFICIDADES URBANO-REGIONAIS

Víctor Iamonti¹

Resumo: Nos últimos anos, a digitalização do dinheiro tem se expandido incorporando novos instrumentos e fixos geográficos, embora outros instrumentos, como cheques e dinheiro em espécie, ainda sejam utilizados. Este artigo busca analisar e discutir o processo de realização do dinheiro no território brasileiro, cuja análise se estende a cidades como São Paulo, Maceió, Goiânia, Porto Alegre, Manaus e Dourados. Abarcando todas as regiões do país, o estudo explora a diversidade e complementaridades das formas-conteúdo do dinheiro em diferentes contextos urbano-regionais. A conclusão reflete sobre a importância de compreender essa diversidade, os novos nexos de subordinação e as complementaridades.

Palavras-chave: Território. Dinheiro. Redes. Serviços. Digitalização.

DIVERSITY AND COMPLEMENTARITIES OF MONEY IN BRAZILIAN TERRITORY: RECENT PROCESSES AND URBAN-REGIONAL SPECIFICITIES

Abstract: In recent years, the digitization of money has expanded, incorporating new instruments and geographical fixtures, although others instruments, such as checks and cash, remain in use. This article aims to analyze and discuss the process of money realization in the Brazilian territory, with an examination extending to cities such as São Paulo, Maceió, Goiânia, Porto Alegre, Manaus, and Dourados. Covering all regions of the country, the study explores the diversity and complementarities of money's form content in different urban-regional contexts. The conclusion reflects on the importance of understanding this diversity, the new nexuses of subordination, and the complementarities.

Keywords: Territory. Money. Networks. Services. Digitalization.

DIVERSIDAD Y COMPLEMENTARIEDADES DEL DINERO EN EL TERRITORIO BRASILEÑO: PROCESOS RECIENTES Y ESPECIFICIDADES URBANO-REGIONALES

Resumen: En los últimos años, la digitalización del dinero se ha expandido, incorporando nuevos instrumentos y fijos geográficos, aunque otros instrumentos, como cheques y dinero en efectivo, aún se utilizan. Este artículo busca analizar y discutir el proceso de realización del dinero en el territorio brasileño, extendiendo su análisis a ciudades como São Paulo, Maceió, Goiânia, Porto Alegre, Manaus y Dourados. Abarcando todas las regiones del país, el estudio explora la diversidad y complementariedades de las formas-contenido del dinero en diferentes contextos urbano-regionales. La conclusión reflexiona sobre la importancia de comprender esta diversidad, los nuevos nexos de subordinación y las complementariedades.

Palabras clave: Territorio. Dinero. Redes. Servicios. Digitalización.

¹ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Brasil, victor_zuliani@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0009-0006-3678-2456>.

Introdução

Desde meados dos anos 1990 houve um vigoroso avanço do debate sobre o processo de financeirização dos territórios e dos seus múltiplos aspectos. No entanto, algumas lacunas persistem. Faltou um aprofundamento, ao menos até a crise de 2008, sobre a relação com o cotidiano e com a “economia real” (Hall, 2012). Deve-se destacar também a pouca atenção dada à dimensão monetária desse processo (Christophers, 2015). Essas lacunas do debate acadêmico dificultam, inclusive, o encaminhamento de problematizações e de pesquisas sobre situações concretas, como a sua relação com a realização do dinheiro nos territórios e das especificidades envolvidas, cujo foco para o caso brasileiro é central para o presente estudo.

Nesse contexto, é importante destacar a crítica de R. Guttman (2003, p. 13) às abordagens econômicas, que serve como um alerta para os estudos sobre o dinheiro nesta e em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais (como a Geografia). Para o autor, haveria duas visões tradicionais sobre este objeto de estudo entre os economistas: a primeira, que o analisa enquanto um bem como outro qualquer, ainda que com “funções únicas de demanda e abastecimento”; e a segunda, que remete à Keynes, considera-o um ativo capaz de oferecer liquidez, competindo com outros menos líquidos (*idem, ibidem*). Segundo R. Guttman (*ibidem*), embora com diferenças de modelização e de implicações políticas, em ambos os casos, é comum tratar o dinheiro “como uma variável exógena que existe ao lado do resto da economia”. O debate é reduzido a uma discussão quantitativa, com pouca ênfase sobre sua integração na economia e, sobretudo, quanto à sua forma (*idem, ibidem*).

Todavia, a forma é um aspecto fundamental do dinheiro, capaz de redefinir interações entre agentes e alterar dinâmicas territoriais em diferentes escalas. Suas mudanças “reverberam sobre todo o sistema econômico e são capazes de transformar os mercados, a indústria e a finança”, com “impactos multifacetados” (Guttman, 2003, p. 12). Esta questão é reforçada por G. Ingham (2004) quando afirma que, com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, houve um “interesse renovado” nas relações entre “estado, território e formas do dinheiro”. Esse entendimento é compartilhado por D. Harvey (2018, p. 67), que, ao observar as transformações recentes das “tecnologias das formas e usos do dinheiro”, considera a importância dessas dinâmicas, que

podem indicar “revoluções na forma monetária” em curso, devendo ser monitoradas “para compreender suas implicações para as relações sociais” (*idem, ibidem*).

Com efeito, essas preocupações presentes no debate recente acompanham as mudanças de hábitos da população e o avanço da digitalização do dinheiro nos diversos aspectos da vida social. No caso do Brasil, pesquisas recentes do Banco Central (BACEN, 2024) indicam a proeminência cada vez maior de formas digitais, como o uso de cartões e do PIX, modalidade de pagamento instantâneo brasileira criada em 2020. Mas também mostram o uso do dinheiro em espécie, em queda lenta e gradual, e o uso de outras modalidades, como as transferências eletrônicas, o débito direto e, até mesmo, dos cheques (Bacen, 2024), o que revela uma diversidade ainda existente. A isso soma-se a persistência de uso de alguns instrumentos de pagamento não oficiais, como o fiado, e de outros institucionalmente entendidos como ilegais, como as cartas-frete. Como ponto de partida, portanto, cabe questionar que elementos estão ligados ao avanço do processo de digitalização do dinheiro no território brasileiro? Como as especificidades urbano-regionais se relacionam com esse processo? Esse processo de digitalização ocorre de maneira homogênea ou é diferenciado frente à diversidade e às desigualdades territoriais existentes?

Diante de tais questões, a pesquisa se organizou por meio da coleta e sistematização de dados qualitativos e quantitativos de fontes primárias e secundárias. Essa metodologia de pesquisa permitiu analisar a realização do dinheiro no território brasileiro sob diferentes perspectivas, com três procedimentos principais: 1) revisão da literatura acadêmica, com destaque para a mais recente (2019-2024), sobre o tema em artigos científicos, livros, dissertações e teses publicados no campo da Geografia e de outras ciências humanas e sociais; 2) pesquisa documental em plataformas de dados, anuários estatísticos e relatórios setoriais, sobretudo do Banco Central do Brasil; e 3) pesquisa de campo realizada entre julho de 2023 e janeiro de 2024 nas metrópoles de Manaus (Amazonas), Maceió (Alagoas), Goiânia (Goiás), São Paulo (São Paulo) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul), na cidade média de Dourados (Mato Grosso do Sul) e nas cidades e Manacapuru e Careiro da Várzea (Amazonas), em que foram realizadas: a) aplicação de questionários estruturados (197 no total); b) elaboração de registros descritivos, oriundos de observação direta; c) anotações que se desdobraram da aplicação dos questionários e de conversas informais. A escolha por estas cidades se pautou por: i) a busca pelas dinâmicas em metrópoles, tanto pela relevância

destas para a rede urbana, quanto pelas suas complexidades internas, de áreas centrais e periféricas; ii) retratar a diversidade regional escolhendo cidades em todas as regiões do país; e iii) compreender especificidades da região produtiva do agronegócio, com inclusão da cidade média de Dourados (MS) por sua forte conexão com essas atividades. Vale dizer que os procedimentos de campo forneceram importantes subsídios qualitativos aos resultados e debates aqui apresentados.

Desta maneira, o presente texto se estruturou a partir da discussão inicial do arcabouço teórico-conceitual da pesquisa, enfatizando a realização do dinheiro nos territórios e os processos-chave ligados às transformações recentes, com foco no caso brasileiro. Posteriormente, destacou-se as especificidades urbano-regionais e sua relação com esse processo, levando em consideração elementos ligados à diversidade e às complementaridades, sem perder de vista as desigualdades e as condições existentes. Assim, o presente estudo busca compreender como essas formas monetárias coexistem e se complementam, revelando um processo desigual de realização do dinheiro. Vale ressaltar, por fim, que investigar esse processo, ainda que sem a pretensão de esgotá-lo, pode permitir um melhor entendimento dessas desigualdades e dos desafios do processo de digitalização do território brasileiro na contemporaneidade, além de oferecer subsídios para políticas públicas mais alinhadas à realidade cotidiana da população e das atividades econômicas.

A realização do dinheiro como forma espacial: transformações recentes

A realização do dinheiro não ocorre de maneira abstrata, mas se concretiza nos territórios e lugares. Enquanto partido de método, considera-se o dinheiro, enquanto forma socialmente criada, e o espaço, instância da sociedade, de modo unitário. Isto é, o dinheiro não se realiza nem se torna existência à parte do espaço geográfico e de suas categorias (mundo, território, região e lugar), mas através destes, em um movimento em que a unidade (formas abstratas) se torna multiplicidade, particularidade (formas concretas, realizadas). Tal como definiu M. Santos ([1996] 2012), mundo se define como uma totalidade, possibilidades e existências em um dado período, enquanto os territórios e os lugares se definem por seus conteúdos próprios já realizados. Estes são condições para o processo de realização das formas-conteúdo, enquanto mistos de objetos e ações, de normas e de técnicas e, sobretudo, como emaranhados de relações entre o mundo, o território

e os lugares. As possibilidades não são ideais, mas, pelos seus conteúdos históricos, são reais e latentes, que podem ou não ser acolhidas e transformadas em técnicas, normas, objetos etc. Os eventos, que tornam possível o encontro da forma com o conteúdo por meio da ação humana e de certos objetos, têm a função de realizar e transformar as possibilidades em existências, unindo mundo, território e lugar em um mesmo movimento, ou seja, criando a particularidade (Santos, [1996] 2012).

Enquanto uma das formas-conteúdo do espaço geográfico no sentido dado por M. Santos ([1996] 2012) a estas últimas, o dinheiro é, portanto, uma combinação de objetos e ações, de possibilidades e existências. É, assim, uma realização social possível em um dado território e um dado lugar. Esta perspectiva aproxima, inclusive, a compreensão do dinheiro como uma forma espacial seguindo a definição dada a esta por A. Corrêa da Silva (1979, p. 81), como “ser ou existir das coisas e eventos”, sendo, portanto, “o modo concreto (história e socialmente dado) de expressão do lugar”, como “a concreção fenomênica do lugar”. Estas formas não se desvinculam dos conteúdos, seja do ponto de vista da representação, do que existe na realidade, ou de como são percebidas. As formas espaciais são “tempo e movimento” e, por isso, “conjunto de relações que a expressam” (Silva, 1979, p. 82). Dessa maneira, essas formas, ao se realizar, fazem parte do meio geográfico, dando concretude de existência a este e se tornam condições para a realização de novas formas².

Deve ser reforçado que esse processo de realização do dinheiro enquanto forma-conteúdo, ou seja, forma espacial propriamente dita, nessa relação entre mundo e lugar, é influenciado e mediado pelo território. O território, em sua configuração e seu uso, juntamente de suas partes (as regiões e os lugares), é o quadro concreto de realização do mundo (Santos, [1996] 2012). Atualmente é preciso considerar a influência da compartimentação do espaço em territórios nacionais, o que torna mais complexo o entendimento do processo de realização do dinheiro. Além disso, a partir dos territórios nacionais são organizados os sistemas de pagamentos, considerados, atualmente, “o núcleo [core] da atividade econômica

² Estas questões são fundamentais para compreender o dinheiro enquanto forma espacial, na medida em que, como chamou a atenção R. Guttman (2003, p. 14), esse organiza o espaço “em termos de diferentes relações sociais que nos engajamos enquanto desenvolvemos nossas atividades econômicas” e cria uma interdependência espacial na economia baseada em fluxos monetários (“cash-flow economy”). Da mesma maneira, estrutura o tempo, seja pela sequência temporal de fluxos de dinheiro (na produção e no crédito), seja por investimentos buscando retorno futuro, que, por sua vez, se traduzem em risco, incerteza e expectativa, devidamente mensuráveis (Guttman, 2003).

e do setor financeiro” e operados por agentes públicos e privados, mas situados dentro de contextos regulatórios eminentemente nacionais (Banco Mundial, 2020, p. 4).

Assim, esses sistemas estão no centro do próprio funcionamento como um todo da economia contemporânea e têm um papel fundamental na coordenação econômica, favorecendo a descentralização das trocas, a interdependência entre agentes, a contabilização e registro de ativos e passivos e a compensação e liquidação das transações realizadas (Aglietta et al., 2016). No período atual, os sistemas de pagamentos devem, ainda, cumprir com requisitos de eficiência e segurança ligadas às transações: com as inovações tecnológicas “no domínio do processamento e circulação da informação” houve “progressos significativos” nesses quesitos, que reforçam cada vez mais a importância da sua gestão como “uma questão central para o funcionamento dos sistemas bancários e financeiros modernos” (Plihon, 2004, p. 22).

Tendo em vista a difusão da automação, da transmissão e processamento de informações nos sistemas bancários e financeiros atuais (Contel, 2007), há uma redefinição das possibilidades e existências do mundo atual, com a emergência do processo de digitalização do dinheiro e o consequente aumento dos fluxos monetários internos e externos aos territórios. Para D. Bounie (2001), a difusão do dinheiro eletrônico junto da expansão da internet, transformou os sistemas de pagamentos e as redes proprietárias bancárias. Dado os arranjos mais abertos possibilitados pelas redes, códigos e protocolos ligados à internet, houve a entrada de novos agentes (como empresas de tecnologia), o que colocou, em certa medida, em questão as redes bancárias proprietárias (Bounie, 2001; Curien, 2005). Para Gensollen (2001), por sua vez, com os novos serviços ofertados na internet estabeleceu-se progressivamente uma reorganização das redes bancárias, trazendo a necessidade de duplicação dos serviços oferecidos (isto é, tanto nas redes físicas, quanto digitais) como estratégia para evitar, ou reduzir, os efeitos da desintermediação bancária. Por sua vez, T. Pénard e A. Rallet (2014) argumentaram que é preciso considerar cada vez mais os novos “serviços em rede” como variável central de organização dos serviços finais, em detrimento das “redes-serviço” pautadas nas (hoje) antigas redes proprietárias bancárias. A expressão desses novos serviços em rede é dada cada vez mais pela expansão de um conjunto de empresas especializadas, mas articuladas por meio de plataformas, comércio eletrônico, aplicativos, bancos digitais e fintechs.

Desse modo, há uma expansão das formas digitais do dinheiro, enquanto processo-chave recente, o que demanda, nos territórios e nos lugares, uma readequação constante do arcabouço político-normativo, das redes e das atividades econômicas. Nas últimas décadas, como consequência e condição para o processo de realização do dinheiro, uma série de transformações territoriais têm ocorrido no Brasil e em outros países, com destaque para a reestruturação dos sistemas de pagamentos (Plihon, 2004; Triches e Bertoldi, 2006; Contel, 2007; Iamonti, 2024) e para a difusão de novas redes-suporte, serviços intermediários (e sistemas operacionais)³ e de novos serviços finais – como as redes proprietárias bancárias, ou os novos agentes, como fintechs.

Nesse contexto, houve a expansão de novos fixos, objetos e canais para oferta de serviços bancários e de pagamentos no território brasileiro, com a explosão do uso dos celulares e das “maquininhas”, ao mesmo tempo em que as plataformas, como as de transporte por aplicativo (Tozi, 2020), e o comércio eletrônico (Venceslau, 2023) cresceram e se expandiram. Para F. Contel (2009), a banalização do acesso à finança é um novo conteúdo do período atual, reforçado pela hipercapilaridade do crédito no território brasileiro. A expansão dos novos canais eletrônicos (fixos e portáteis), possibilitou alcançar, de modo “banalizado” e “seletivo”, novos “pontos no território antes ‘isolados’ das redes financeiras”, favorecendo a “amplificação do poder das redes bancárias no território” (Contel, 2007, p. 252), sobretudo com a disseminação dos smartphones (Bertollo, 2019) e à crescente digitalização do território brasileiro. Recentemente, o PIX, criado pelo Banco Central do Brasil, e difundido entre a população, tornou-se um novo instrumento importante de pagamento instantâneo a partir da inter-relação entre: a) redes de telecomunicações (telefonia e internet); b) regulação estatal sobre o sistema de pagamentos brasileiro, definindo, inclusive, novos serviços intermediários, como Sistema de Pagamentos Instantâneos e regras para operação de agentes; c) agentes privados bancários (novos e antigos – fintechs e bancos tradicionais) e não bancários (processamento e iniciação de pagamentos, entre

³ A reorganização dos sistemas de pagamentos não é um dado exclusivo do Brasil, tendo ocorrido desde os anos 1970 e 1980 em diferentes países – Japão, Estados Unidos, Inglaterra (Triches e Bertoldi, 2006) e na França (Plihon, 2004). Destaca-se, nesse processo, a importância de serviços intermediários (em geral, sistemas operacionais para compensação e liquidação), como, para o caso brasileiro, da Compensação Eletrônica de Cheques (COMPE), do Siloc e do Sitraf (para cartões e boletos), o Sistema de Pagamentos Instantâneo (para o PIX) e o Sistema de Transferência de Reservas (para compensação e liquidação final das transações), como destacado por V. Iamonti (2024).

outros); e d) práticas consumo de empresas e da população em diferentes áreas do território nacional (Iamonti, 2024).

Dessa maneira, junto do processo de digitalização há uma transformação dos territórios e uma penetração de novas formas sobre múltiplas atividades. E, como será visto a seguir, a realização desse processo não ocorre de modo homogêneo no território brasileiro: há a coexistência entre formas monetárias diversas, sendo estas, ao mesmo tempo reflexo e parte integrante da realização diferenciada do dinheiro frente às desigualdades e especificidades urbano-regionais existentes. A seguir, analisamos atentamente alguns dos aspectos ligados à diversidade do dinheiro em distintas partes do Brasil.

A diversidade do dinheiro no território brasileiro: relações e especificidades

Considerar o dinheiro como uma forma realizada nos territórios e lugares contribui para o entendimento do seu processo concreto de realização, conforme vem sendo discutido. Vale destacar que, nessa perspectiva, o espaço geográfico e suas categorias (mundo, território, região, lugar etc.) possuem um papel ativo na realização do dinheiro. Os territórios possuem conteúdos específicos e são organizados a partir de usos diversos, não somente pelo Estado, mas, inclusive, por agentes de portes diferentes (Santos, [1994] 2005). Neste contexto, coexistem diferentes lógicas de uso do território. Por um lado, há a expansão de redes, objetos e serviços que permitem não só a circulação, mas a própria realização do dinheiro em escala global, nacional e local. Por outro, é importante destacar que há elementos que escapam a essa lógica, tornando o processo heterogêneo.

O espaço geográfico na atualidade não é apenas constituído por “ações e objetos modernos”, mas igualmente por “objetos imperfeitos, envelhecidos, ‘atrasados’” (Silveira, 2006, p. 89). Podemos pensar, desse modo, como afirma a autora, que as finanças e o sistema bancário são parte do espaço geográfico em que predominam redes, ações e objetos modernos, mas sem esquecer que a escolha entre áreas interessantes e desinteressantes para sua operação se dá pela consideração de todo o espaço (*idem, ibidem*). A partir daí, cabe pensar na diversidade de formas-conteúdo do dinheiro, tanto a partir da coexistência entre formas diversas, quanto das especificidades urbano-regionais. Vale dizer que essa diversidade significa também a interdependência entre múltiplos fatores e condições.

Entender esse processo é, assim, buscar pelo emaranhado de relações na sua realização como forma espacial.

Nesse sentido, em diferentes áreas do território brasileiro, foi possível observar que, mesmo com o avanço da digitalização, o dinheiro em espécie (físico, ou em papel), ainda que em queda em sua utilização, mantém-se em diversas localidades com uma participação relativa considerável⁴. A persistência do seu uso em localidades como o tradicional bairro do Pontal, em Maceió, pode ser compreendida à luz da teoria dos circuitos da economia urbana (Santos, [1979] 2004)⁵. No circuito inferior da economia, a liquidez proporcionada pelo dinheiro físico é fundamental para pequenos produtores e comerciantes, pois facilita a negociação direta e reduz a necessidade (e os custos associados) de intermediação bancária. O caso das bordadeiras de filé ilustra essa dinâmica: ao utilizarem dinheiro físico para obter descontos junto a fornecedores, somente concedidos com o uso deste, essas trabalhadoras conseguem manter uma autonomia relativa, mesmo que em uma relação desigual. Este é igualmente o caso das lojas de roupas da capital alagoana, que compram suas mercadorias em feiras atacadistas do interior de Pernambuco, nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capiberibe – polo regional de confecções deste último estado. É comum a organização de excursões de comerciantes para compras de roupas em atacado, sendo levado dinheiro em espécie⁶ para negociar e barganhar com fornecedores. No entanto, com o aumento de roubos a essas excursões, alguns interlocutores relataram que o PIX tem sido preferido por ser mais seguro e permitir também a negociação de descontos.

O caso da Rua 44, em Goiânia, é outro a exemplificar como a circulação do dinheiro em espécie permanece fundamental em algumas atividades da economia urbana, como nas lojas de roupas desse importante polo de confecções. A liquidez

⁴ De acordo com a recente pesquisa do Banco Central do Brasil (BACEN, 2024) há uma queda da utilização do dinheiro em espécie de 83% para 68% entre 2021 e 2023, além de uma perda de importância entre os instrumentos mais utilizados, o que o levou a ocupar a 2ª posição neste quesito pela primeira vez, o que indica uma queda lenta e gradual.

⁵ A importância do dinheiro em espécie para atividades de pequena dimensão, ligadas à população pobre de países subdesenvolvidos, já foi ressaltada por M. Santos ([1979] 2004), sendo utilizado cotidianamente para compras fragmentadas e em pequenas quantidades. Resgatando esse estudo e analisando diferentes metrópoles do país, M. Montenegro (2012) observou a escassez de capital em atividades de pequena dimensão a partir do que chamou de “economia dos centavos”, isto é, os pequenos pagamentos através do uso do dinheiro físico, cuja amplitude das trocas garantiam a circulação monetária entre agentes e o sustento familiar ao longo do mês (idem, 2012).

⁶ S. L. de Souza (2019, p. 75), ao estudar o comércio de confecções em União dos Palmares (AL), observou em algumas lojas voltadas para a população mais pobre, a não aceitação de cartões de crédito e a ausência de cadastro para pagamentos parcelados. Entre os comerciantes entrevistados pela autora, as compras de fornecedores eram feitas principalmente com dinheiro em espécie, sendo esta “a única forma de pagamento utilizada por 43% dos comerciantes”.

proporcionada pelo dinheiro físico foi mais uma vez considerada um fator que permite negociações com fornecedores. Além disso, o uso desse instrumento é mais presente para quem vem do interior de Goiás adquirir mercadorias neste polo. De modo semelhante, em Porto Alegre, camelôs usam o dinheiro em papel para comprar mercadorias junto aos fornecedores (obtendo até 10% de desconto para compra de bijuterias, por exemplo) e para uso de consumidores locais, como foi visto em mercadinhos e padarias, em que este não é o instrumento mais utilizado, mas foram muito constantes as referências à sua importância. Em alguns estabelecimentos, havia preferência pelos pagamentos em espécie para ter “em caixa”, seja para retornar “trocos”, ou para comprar com fornecedores e obter desconto.

Essas situações refletem desigualdades e contradições do processo de financeirização e da realização do dinheiro no território brasileiro. Por um lado, há a influência e inter-relação de diferentes fatores, com formas tradicionais sendo preteridas, por serem menos seguras em alguns casos, e as formas digitais se tornando mais líquidas. Por outro, há a persistência dessas formas tradicionais, fundamentais para circuitos econômicos locais e transações baseadas em confiança. Assim, condições próprias de certas regiões e lugares do território participam ativamente desse processo, adaptando-o de acordo com suas especificidades. Além disso, reforça-se a ideia de que a realização do dinheiro está inter-relacionada com as situações e dinâmicas de mercados locais em diferentes áreas do território. É necessário frisar, ainda, que a liquidez continua sendo um importante fator associado ao uso do dinheiro em espécie. E, mesmo com sua utilização em queda lenta e gradual, esse instrumento é ainda um sustentáculo, um tipo de lastro e garantia para manutenção de um conjunto de trocas em condições mais favoráveis, para obter descontos, realizar pagamentos de contas e fornecedores e/ou manter um capital de giro que seja amplamente aceito e prontamente disponível para uso⁷.

⁷ Nessa mesma direção, outros estudos recentes sobre diferentes cidades do país observaram a importância deste instrumento, como foi no caso de, entre outros: a) S. M. de Araújo Lameira (2020), observou o uso de dinheiro em espécie por comerciantes hortifrutigranjeiros e “boieiras” em Belém do Pará (PA), no tradicional mercado “Ver-o-Peso”; b) S. de O. Gomes Pereira (2020) que estudou os mototaxistas e vendedores ambulantes em Palmas (TO), identificou, no primeiro caso, a predominância de pagamentos apenas em dinheiro em espécie (51%) e, no segundo, o uso mais equilibrado entre dinheiro e cartões (débito e crédito); c) vale notar, por fim, que o dinheiro em espécie também se relaciona com algumas atividades para tornar o seu rastreamento mais difícil, como o seu uso no Jogo do Bicho em Alagoas, cujos pagamentos aos “cambistas”, em geral de pequenos valores, eram feitos com este instrumento (Carmo, 2021).

Em relação ao uso de outros instrumentos “mais antigos”, em São Paulo foi registrada a percepção dos comerciantes de que havia uma transição, com queda do uso de cheque para pagamentos junto a fornecedores; e um uso maior do cartão de crédito e do boleto (incluindo o caso de um vendedor ambulante). Vale destacar que o uso de boleto e de duplicatas está frequentemente ligado, de um lado, à maior formalização e capitalização das empresas, especialmente de fornecedores e atacadistas, podendo ser utilizado no âmbito jurídico com mais facilidade – por meio do protesto em cartórios caso algum pagamento não seja recebido por parte do fornecedor. De outro lado, o boleto oferece uma maleabilidade na definição de datas para o pagamento, que permite definir prazos mais favoráveis durante a negociação de compra de uma mercadoria. Da mesma maneira, conforme relatado nas entrevistas, o uso dos cheques também possibilita essa negociação do prazo, mas o boleto tem sido mais utilizado para esta função. Além disso, a diminuição no uso do cheque foi creditada a diversos fatores, como: o tempo de atendimento presencial (que alguns bancos ainda exigem), o deslocamento até as agências e terminais de autoatendimento (influenciado pelo trânsito da metrópole paulistana), a demora maior para compensação e os riscos envolvidos (os chamados “cheques sem fundo”).

Nesse sentido, atualmente, embora deva-se destacar essas dinâmicas e situações diversas, não se deve perder de vista o avanço da digitalização do dinheiro, com a crescente utilização dos cartões e, sobretudo, do PIX. A difusão desses novos instrumentos e objetos, sobretudo os cartões e as “maquininhas”, tornam possível um conjunto de relações entre agentes organizados através de serviços em rede, com nexos hierárquicos, em que regulamentação pública e regras privadas se mesclam, beneficiando empresas para a cobranças de taxas e subsídios cruzados. Os rendimentos destes agentes conectados em rede aumentam com a expansão desses objetos na sociedade, com o contínuo fomento ao consumo sendo o propulsor de um processo avassalador de expansão da abrangência destes serviços e de ganhos exorbitantes através do elevado número de transações realizadas (Iamonti, 2024).

É necessário reforçar, ao mesmo tempo, a relevância do espaço geográfico, sobretudo das condições e de um conjunto de relações necessárias nas regiões e nos lugares para esse processo de realização do dinheiro. No caso dos cartões, pode-se citar o estudo de C. Gomes da Silva (2020) sobre as atividades da economia urbana ligadas ao turismo no município de Salinópolis, no Pará, onde foi

observada uma presença mais significativa da utilização do cartão (de crédito, débito ou voucher) na rede hoteleira do município, com mais de 70% dos estabelecimentos aceitando estes instrumentos de pagamento, cujo equipamento era facilmente comprado ou alugado de bancos e outras instituições. O autor observou ainda que esta difusão estava ligada ao “uso de ferramentas de vendas na *internet*”, à criação de sítios eletrônicos próprios dos estabelecimentos para divulgação e vendas das atividades e, por fim, o cadastro junto a plataformas *on-line* e operadoras de turismo, sendo responsáveis pela mediação de buscas, comercialização e pagamentos de serviços (*idem, ibidem*).

Neste aspecto, um dado a se considerar é o aumento da participação dos pagamentos digitais, especialmente dos cartões de débito e crédito, de acordo com o aumento do preço dos produtos adquiridos: enquanto o dinheiro em espécie possui uma maior importância para compras abaixo de R\$ 50, o cartão é o mais relevante para pagamentos de valores mais altos, a partir de R\$ 100, mas, especialmente, acima de R\$ 500 (BACEN, 2024). Outro fator relacionado ao uso dos cartões de crédito está ligado ao comércio, na compra de mercadorias junto a fornecedores, que, para manter o capital de giro, são parceladas, permitindo pagar as mercadorias adquiridas após as vendas destas. Além disso, há parcerias entre empresas que geram bonificações pelo consumo, como acúmulo de pontos e as chamadas “milhas” para serem trocados por passagens e até mesmo por outras mercadorias. Este caso, por exemplo, foi citado por feirantes pesquisados na Vila Leopoldina, em São Paulo, que observavam um uso maior deste, por conta de hábitos da população, em geral de classe média e média alta, buscando acumular pontos para viagens em família no final do ano.

Também há o crescimento das transações com cartões *private label*, conhecidos como “cartões de loja”, de grandes redes de varejo, e, mais recentemente, no modelo “*co-branded*”, uma parceria destas redes com empresas administradoras de “bandeiras”⁸ de cartão. Estas modalidades, como estudado por D. Medeiros (2013) para o caso de Alagoas, tanto favorecem a expansão do uso dos cartões e facilitam o acesso às finanças em diversos lugares, quanto oferecem vantagens específicas e fidelizam clientes (incluindo a população de baixa renda),

⁸ Popularmente no Brasil utiliza-se o termo “bandeira” para se referir a algumas grandes corporações como a Cielo e a Mastercard. Atualmente, essas empresas, conforme V. Iamonti (2024), são definidas pelo Banco Central do Brasil como “instituidores de arranjos de pagamentos”, sendo um dos dados dos novos serviços em rede no território nacional e centrais para articular agentes ligados ao processamento de transações com cartões de débito e crédito.

na medida em que os cartões *private label*, só podem ser utilizados nas respectivas lojas que o oferecem.

Sobre o PIX, além de toda organização territorial para sua oferta com um conjunto de normas, redes, serviços (intermediários e finais), objetos e dispositivos articulados por meio do sistema de pagamentos, vale novamente ressaltar que o seu uso é influenciado por um conjunto de condições regionais e locais. A expansão dos *smartphones*, de bancos digitais e de *fintechs* tornam seu uso e aceitação mais ubíquo, sendo importantes fatores e uma das faces da financeirização do território. Diferente do sistema bancário tradicional, essas empresas operam de forma mais flexível e capilarizada, alcançando novos segmentos. Entretanto, sua atuação depende da existência de infraestruturas digitais e de conectividade, que são desigualmente distribuídas pelo território nacional. É válido destacar elementos como: a) a expansão recente da internet fixa, sobretudo na região Norte do país através de pequenos provedores, que tem contribuído para a expansão de formas digitais; b) a dinâmica de certos lugares e regiões por questões ligadas às desigualdades existentes, às possibilidades de circulação de pessoas e mercadorias e às condições de acesso a fixos bancários (agências, caixas eletrônicos, correspondentes).

Um exemplo desse emaranhado de elementos e especificidades próprios de certas áreas foi identificado ao longo dos trabalhos de campo na cidade de Manacapuru (AM), segunda mais importante do estado do Amazonas e que exerce uma influência considerável na bacia do rio Solimões, recebendo um intenso de fluxos de pessoas e mercadorias provenientes de cidades (pequenas e médias) e povoados próximos e distantes. A circulação hidroviária, fundamental nesta região do país, e os riscos associados a esta, como a existência de “piratas” e de traficantes que utilizam esta bacia como rota, influenciam o processo de realização do dinheiro nesta localidade. Muitos comerciantes de locais com menor hierarquia urbana precisam se dirigir a cidades maiores como Manacapuru para comprar mercadorias (farinhas, produtos industrializados, galões de água potável, frutas e legumes etc.). Estes, usualmente, utilizavam-se do dinheiro em espécie, levando-o em malas de viagem (que podem facilmente levar mais de um dia). Porém, o PIX é tido como uma alternativa mais segura e com uma liquidez semelhante⁹ e

⁹ É necessário frisar que essa percepção de maior segurança não é exclusiva do Brasil, mas ocorre inclusive em outras cidades de países do Sul Global atualmente. Estudando o caso de Luanda, capital de Angola, L. Afonso (2022, p. 198) ressaltou que a expansão de pagamentos eletrônicos estava relacionada também a razões de segurança, por conta do aumento da criminalidade na

atualmente privilegia-se este instrumento, visto que era comum o roubo dessas malas com dinheiro de comerciantes que se dirigiam em embarcações menores, especialmente à noite. Em outras bacias da Amazônia Oriental, como a do rio Madeira, o uso de dinheiro em espécie ainda é comum, conforme relatado por barqueiros destas áreas.

Deve-se lembrar, ainda, que esta expansão de formas digitais de dinheiro, através dos cartões e do PIX, conforme mencionado, envolve novos objetos (maquininhas, celulares smartphones) cada vez mais popularizados e conectados a outros dispositivos, fixos e canais bancários e serviços (incluindo as *fintechs*) através de redes digitais. No entanto, a difusão desse processo não ocorre sem conflitos, adaptações e negociações. Ainda na pesquisa junto à feirantes da Vila Leopoldina na cidade de São Paulo, foi observada a importância de arranjos locais e adaptações para o uso das maquininhas em transações com cartões, com os feirantes utilizando-se de estratégias cotidianas para o seu uso: caso o consumo do dia esteja baixo, preferiam realizar a transação na máquina da empresa em que a taxa é menor, mas o prazo maior para depositar em conta; porém, caso a demanda do dia estiver alta, usam a máquina cuja taxa é maior, mas o prazo menor para depositar em conta (no mesmo momento da transação), de modo a ter dinheiro “em caixa” para uso cotidiano.

As taxas cobradas pelas empresas nas transações com cartões de débito e crédito também evidenciam a relação de dependência existente: é comum os lojistas reclamarem do uso das “maquininhas de cartão”, pois há desconto de taxas sobre as transações efetuadas – ainda que estas variem –, mas, como a demanda por parte dos consumidores continua sendo forte, eles as mantêm para não perder vendas. Todavia, alguns, de modo ilegal, mas buscando manter a margem de lucro tendo em vista a competição acirrada de preços baixos na economia popular, repassam as taxas de pagamento com cartões, definindo um percentual ou valor adicional para esse tipo de transação com os clientes sendo avisados sobre isso. Essas taxas cobradas de maneira impositiva, levam, inclusive, a negociações, como relatado por T. de Souza Mota (2019) em entrevista feita com o presidente ASCOLPRA (Associação de Comércio Legalizado de Praia do Rio de Janeiro). A autora relatou que houve uma negociação entre a associação e as credenciadoras

cidade. No que diz respeito à liquidez, a expansão recente do PIX foi observada por E. A. de Souza (2022) no comércio e serviços de alimentação em Mossoró (RN), identificando a sua importância em atividades de pequena dimensão e ligado tanto à necessidade de dinheiro líquido, quanto à adaptação a dinâmicas atuais.

das maquininhas de cartão, uma vez que havia resistência dos ambulantes para o uso por conta das taxas cobradas, o que resultou em um acordo firmado para que as empresas isentassem os ambulantes por um ano, reduzindo a aversão destes e possibilitando a sua adesão (Mota, 2019).

Ainda sobre estas questões ligadas à necessidade de rearranjos, negociações e adaptações, como chamou a atenção F. Tozi (2020), com a expansão territorial das novas plataformas digitais de serviços, como o Uber, há o crescimento de uma divisão do trabalho e de uma atuação verticalizada, que insere parcelas da população trabalhadora e consumidora em uma lógica que reduz o seu poder de decisão – inclusive sobre uso do dinheiro. Vale lembrar que inicialmente a empresa Uber não oferecia a possibilidade de pagamentos em dinheiro em espécie, revelando um estímulo à digitalização do dinheiro, sobretudo através dos pagamentos com cartões. Para F. Tozi (2020) na difusão dessa plataforma há uma “vampirização” da renda da população dos estratos mais baixos, tanto pela cobrança de taxas, quanto pela restrição da circulação de dinheiro no interior de suas redes, reduzindo também outras formas de organização local para serviços de transporte. No entanto, a empresa se adaptou ao contexto brasileiro e, desde 2016, começou a permitir pagamentos através do dinheiro em espécie, evidenciando limites para a “tecnologia de transações digitais (...) numa formação socioespacial desigual, onde é grande circulação de dinheiro físico, além das taxas significativas de pobreza, endividamento ou falta de cartões de crédito” (Tozi, 2020, p. 498). Mas não se deve perder de vista que esses novos serviços também ampliam o alcance dos serviços financeiros e do uso de novos instrumentos digitais, inserindo agentes, regiões e lugares na lógica global de financeirização, criando novas formas de dependência e subordinação econômica.

Dessa maneira, a partir dos casos, especificidades e situações discutidas, pode-se pensar que a diversidade existente não significa apenas a coexistência de diferentes formas monetárias: enquanto parte do processo de realização do dinheiro, esta também se manifesta como interdependência entre elementos e fatores em um movimento entre o geral e o particular, a unidade e a multiplicidade, com a concretização das formas-conteúdo. A seguir, exploramos essa coexistência a partir da noção de complementaridade, sendo esta não apenas um aspecto técnico ou funcional, mas integrante de um fenômeno territorialmente diferenciado. Para isso, resgatou-se brevemente a sua discussão na teoria econômica e buscou-se relacioná-la com situações existentes no território brasileiro.

As complementaridades: entre a necessidade e a perversidade

Como tem sido discutido ao longo desse texto, as formas-conteúdo não se realizam isoladamente, mas inseridas em um emaranhado de relações. Os territórios, por seu arcabouço técnico, político-normativo e suas especificidades urbano-regionais, influenciam esse movimento. Além disso, esse processo de realização também implica na interdependência entre fatores diversos, desde os mais gerais – como a transformação recente dos sistemas de pagamentos e a expansão de um conjunto de serviços – até os mais específicos – como questões ligadas a necessidades diferenciadas de agentes, à dinâmica local etc. Nas grandes cidades e nas atividades mais integradas ao sistema financeiro, há uma expansão do uso de formas e instrumentos digitais, mas sem eliminar o uso de outros, como dinheiro em espécie, por exemplo. Assim, a diversidade pode ser pensada em uma dupla perspectiva: de um lado, enquanto manifestação concreta de um processo complexo e territorialmente desigual; e, de outro, como coexistência entre formas e instrumentos cumprindo funções específicas, em um conjunto de relações diferenciadas e complementares. De modo a aprofundar essa discussão, torna-se necessário, então, em um primeiro momento, resgatar a noção de complementaridade, explorando algumas formulações na teoria econômica, para em um segundo momento, discutir como pode contribuir para a análise da realização dinheiro no território brasileiro.

Tradicionalmente, a noção de complementaridade remonta à economia clássica, tal como proposta por A. Smith, no sentido de que a dinâmica de mercado contribuiria para a inter-relação entre atividades, promovendo a integração e o bem-estar da sociedade (Hunt e Sherman, 1986). Essa noção foi, em seguida, discutida a partir de pressupostos que remontam à teoria utilitarista, ou marginalista da economia, como exposto na obra de A. Marshall (1982). Nesta abordagem, a complementaridade é analisada a partir da ideia de que certos bens e serviços podem ter seu consumo impulsionado por um reforço mútuo, com o crescimento da demanda por um produto aumentando a procura por outro, como no caso de softwares e computadores (além de outros objetos e tecnologias modernas) cujas interconexões se tornam uma externalidade para o seu uso cotidiano.

Além disso, essa noção de complementaridade teria relação com a especialização de empresas e a divisão do trabalho, que beneficiariam, igualmente,

o aumento das economias de escala (Hart, 2013). Esses autores e debates influenciaram, ainda, economistas latino-americanos, como C. Furtado. Para esse autor, as complementaridades deviam ser concebidas racionalmente na formulação política, com o objetivo de: reduzir a dependência de países industrializados, coordenar a produção entre setores e entre regiões e fomentar a integração econômica e o desenvolvimento nacional (Baumann, 2005).

Nesse sentido, a complementaridade teria relação com dimensões variadas e em múltiplas escalas, desde a nacional até a regional e local, mas sem perder de vista o aspecto de integração e de interconexão. No caso da realização do dinheiro como forma espacial, a complementaridade é uma condição necessária – embora não suficiente isoladamente – e que favorece a sustentação de transações cotidianas em diversos contextos. Nesse aspecto, diferentes formas monetárias coexistem não apenas do ponto de vista funcional, isto é, para suprir necessidades de agentes e contribuir para o funcionamento econômico das regiões e lugares. Mas também como causa e consequência de desigualdades territoriais – novas e herdadas –, reproduzidas e aprofundadas por processos atuais, entre os quais se inclui a financeirização e a digitalização. Transformam-se, assim, a dinâmica de uso de instrumentos e formas monetárias e, do mesmo modo, a realização do dinheiro como forma espacial nos territórios, recriando hierarquias, diferenciações e renovando possibilidades de integração a dinâmicas locais, regionais, nacionais e globais.

No entanto, esse processo depende ainda da inter-relação de um conjunto de elementos – infraestruturas, redes e agentes existentes. Conforme vem sendo discutido, a organização e diferenciação do território, com seus conteúdos técnicos e normativos, é um componente fundamental da realização do dinheiro como forma espacial. Isso inclui as desigualdades existentes, na medida em que a dificuldade de acesso a uma determinada infraestrutura, ou a um determinado serviço, pode dificultar a realização de um determinado instrumento e forma monetária e tornar mais candente a necessidade de complementaridade seja do ponto de vista técnico-operacional, ou do ponto de vista político e econômico. Assim, em algumas áreas pode haver a existência de arranjos próprios e, por isso, não se deve perder de vista como essas complementaridades se manifestam concretamente, observando as especificidades existentes nas regiões e lugares.

Nesse sentido, o caso de Manaus e de sua região metropolitana é emblemático para ilustrar a relação entre redes, desigualdades urbano-regionais e o

acesso a serviços financeiros. A instabilidade das redes de telefonia, por exemplo, dificulta a realização de transações digitais, como o de cartões nas maquininhas, o que traz empecilhos ao seu uso cotidiano. Como há constantes transtornos causados pela inconstância de sinal telefônico, o uso de cartões é frequentemente preterido, tornando o dinheiro em espécie e o PIX, sobretudo, opções mais viáveis. Já em Careiro da Várzea (AM), na região metropolitana de Manaus, o abastecimento de dinheiro em espécie não é regular, principalmente durante os períodos de cheia do rio Amazonas, inviabilizando em alguns momentos a realização de saques. Isso leva, de um lado, ao maior uso de cartões e, mais recentemente, do PIX, e, por outro, à prática do fiado – mesmo contra a vontade dos comerciantes locais –, a fim de manter transações correntes para o consumo de alimentos e outros produtos. Por fim, nas áreas rurais de Iranduba e de Manacapuru, dado os empecilhos encontrados pela população para se deslocar a fixos bancários (agências, lotéricas e terminais de autoatendimento) para saques e outros serviços, principalmente por conta do transporte público e da pouca presença da rede bancária, observou-se o peso crescente de formas digitais do dinheiro. Nestas localidades, como nas comunidades Vera Castelo Branco e Nova Palestina, após a expansão recente de cabos de internet fixa por pequenos provedores locais, o PIX tornou-se uma solução importante, facilitada pela disponibilização por parte dos comerciantes de placas com QR Code para acesso à internet fixa do estabelecimento.

Nesse aspecto, cabe notar que as dificuldades para a realização de um instrumento, acaba sendo complementada pela diversidade existente, sustentando o processo de realização do dinheiro no território. Essas questões também revelam a importância da inter-relação e das externalidades entre redes, objetos e serviços, além de evidenciar como a digitalização do dinheiro não ocorre de maneira uniforme no território brasileiro. Ao mesmo tempo, como um lado contraditório e complementar desse processo, a dificuldade de abastecimento de dinheiro físico é contrabalanceada por dinâmicas locais ligadas à digitalização do território. Mas, novamente, cabe ressaltar que essa interdependência entre formas monetárias também gera efeitos perversos, pois a crescente digitalização impõe custos e limitações a determinados agentes econômicos, reduzindo sua autonomia financeira, como já discutido.

A complementaridade pode ocorrer, também, como parte das relações existentes entre agentes para a realização do dinheiro no território. Ainda sobre o caso de Manaus e da rede urbana do estado do Amazonas observou-se a dinâmica

de barqueiros, que atuavam como atravessadores locais, comprando a produção agrícola em pequenos povoados (com dinheiro em espécie e via PIX) e revendendo-a para atacadistas da Feira Manaus Moderna. Ao mesmo tempo, estes barqueiros operavam como intermediadores, especialmente no caso dos pagamentos, recebendo produtos, notas e boletos de atacadistas de Manaus e repassando-os via WhatsApp. Estes eram repassados por meio de fotos tiradas pelos *smartphones* desses mesmos barqueiros, para comerciantes de cidades e povoados mais distantes (como Beruri, Anauã, entre outras) para que estes pudessem realizar pagamentos cotidianos, principalmente através de aplicativos de bancos digitais.

Em Dourados, por sua vez, no sul do estado do Mato Grosso do Sul, observou-se o uso do cheque por lojas de roupas, dentro de um conjunto de relações específicas entre agentes diversos. No caso entrevistado, a loja era voltada ao público feminino e possuía grandes estoques de mercadorias. Junto ao seu principal fornecedor de Cianorte, no Paraná, as compras eram feitas em excursões organizadas por empresas locais, sendo que os pacotes de roupas custavam entre R\$ 20.000 e R\$ 30.000, pagos por meio do cheque em até seis parcelas e com prazos negociados de 30 a 60 dias. Em alguns casos, o primeiro pagamento era acordado para 60 dias (caso as parcelas fossem reduzidas), o que gerava uma espécie de crédito do fornecedor a favor dos comerciantes. No entanto, para viabilizar essa negociação, especialmente por conta de riscos envolvidos, era necessário a presença de um “guia-fiador” (geralmente o dono da empresa de viagens) que facilitava a liberação de crédito e direcionava os comerciantes a fornecedores que aceitavam pagamentos para uso do cheque.

Nessa cidade, a complementaridade também se observou entre atividades agrícolas (como a pecuária e a produção de grãos) e urbanas (como cooperativas agrícolas, equipamentos e maquinários, insumos etc.), com temporalidades distintas. De um lado, situam-se os “tempos” das atividades agrícolas que, para produzir, necessitam de recursos antecipados na forma de crédito, com prazos diferenciados para pagamentos e uso diversos instrumentos, como o PIX, transferências eletrônicas e cheques. De outro, as temporalidades das atividades urbanas de insumos, máquinas, equipamentos e serviços (como os financeiros), que, embora se relacionem com as atividades agrícolas, dependem, por exemplo, de grandes indústrias (químicas e de maquinários). Essas temporalidades coexistem e se entrelaçam na cidade de Dourados. Porém, nesse aspecto, o descasamento entre o tempo da agricultura e o tempo dessas atividades urbanas, principalmente a das

finanças, chamou a atenção S. Ouma (2020), influi no processo de reprodução do capital no agronegócio e na própria realização do dinheiro. Foi comum encontrar negociações de prazos para quitação de dívidas e créditos agrícolas, que frequentemente abrangiam uma ou mais safras (3 a 6 meses) para pagamentos finais, incluindo pagamento de crédito, máquinas, equipamentos e insumos. Junto da negociação, esses intervalos de prazo mais amplos exigiam a definição de contratos e garantias (especialmente no caso de cooperativas de agrícolas e grandes empresas de maquinário), mas também instrumentos de pagamentos que possam ser usados de modo mais “maleável”. Os pagamentos finais eram, em geral, feitos por transferências eletrônicas, PIX e cheque. Neste caso, sua utilização estava relacionada à necessidade de uma negociação de prazo mais flexível e/ou a situações com data futura definida para o pagamento, mas com dificuldades de conexão às redes de telefonia e internet.

Mas a complementaridade também pode ocorrer entre formas monetárias de modo a estimular a realização do dinheiro nas regiões e lugares, por meio de instrumentos de pagamentos, oficiais, não-oficiais e ilegais. Um exemplo clássico do primeiro tipo de situação é o caso das moedas complementares¹⁰, como chamam a atenção L. Gonzalez *et. al.* (2020), cuja existência está ligada às necessidades sociais, especialmente de áreas pobres, visando reduzir a exclusão e promover o desenvolvimento local, além do acesso ao dinheiro por meio da oferta complementar ao sistema monetário oficial. Por sua vez, C. Pupo (2021) destacou a importância de políticas públicas federais para a consolidação e expansão dessas moedas no território brasileiro, com a maior parte delas (cerca de 75%) tendo surgido diretamente durante a gestão de governos do PT desde 2002. Para essa autora também é importante considerar as situações existentes no território brasileiro ligadas às moedas complementares, com uma grande quantidade de arranjos possíveis. Dada a paridade de valor com a moeda oficial brasileira, essas moedas são utilizadas junto ao comércio local credenciado, que pagam pequenas taxas de manutenção e podem, quando necessário, trocá-las junto aos bancos comunitários de cada área. Além disso, também é possível o seu uso através de empréstimos e financiamentos com taxas de juros baixas (e até mesmo inexistentes), como é o caso, entre outros, da linha de crédito do Banco Palmas, em Fortaleza, às mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família do Governo Federal, ativa desde 2010,

¹⁰ Para L. Gonzalez *et. al.* (2020) essas moedas complementares também podem ser chamadas de alternativas, ou comunitárias. Já C. G. P. Pupo (2021) chamou a atenção para outros conceitos possíveis associados, como o de moedas sociais e de moedas locais.

possibilitando a circulação e uso do dinheiro por populações historicamente excluídas e com pouco acesso às finanças e ao dinheiro (Pupo, 2021).

Já no segundo caso de complementaridades entre instrumentos e formas monetárias, há o fiado, uma espécie de crédito não-oficial muito antigo e existente no Brasil. Como observou Milton Santos ([1979] 2004), agentes do circuito inferior da economia urbana operam por meio de lógicas próprias, em que a falta de acesso ao crédito formal é compensada por relações de confiança locais. O fiado, então, geralmente se baseia na proximidade entre comerciantes e consumidores, em que o primeiro permite ao segundo comprar mercadorias com prazos combinados para pagamento que podem ser variados (diários, semanais ou mensais).

Em Manaus, essa prática era comum nos boxes de peixe, verduras e legumes da Feira Manaus Moderna, com prazos de três dias para pagamento, geralmente feitos por PIX ou dinheiro em espécie, reforçando, assim, a realização do dinheiro em suas diferentes formas e instrumentos, no território. Vale ressaltar que o uso desse instrumento não-oficial também ocorre por conta das desigualdades existentes no território, sobretudo pela escassez de numerário de alguns agentes e populações. Nesse contexto, o fiado funciona também como uma alternativa às limitações impostas pelo sistema financeiro formal, possibilitando a sustentação da circulação do dinheiro no comércio popular e a continuidade do consumo e da produção. Mas, não se deve perder de vista, que, pelas mesmas limitações de acesso ao crédito e ao sistema financeiro, essa prática também é parte da reprodução de desigualdades, mantendo agentes econômicos em uma posição de vulnerabilidade frente à escassez de liquidez e de capital.

Por fim, encontrou-se o terceiro caso de complementaridade entre instrumentos e formas monetárias, com o uso de “cartas-frete” em Dourados, um instrumento ilegal, mas ainda utilizado por agentes do transporte da produção agrícola em toda a região produtiva do agronegócio brasileiro, não sendo exclusivo dessa localidade. A carta-frete, conforme descrita por D. Huertas (2013), é uma prática comum no transporte rodoviário de carga, funcionando como uma ordem de pagamento ao portador sem respaldo legal, utilizada para pagamento aos caminhoneiros. Seu valor é descontado em locais credenciados, geralmente postos de combustível, com a cobrança de ágio e a exigência de compra de outros produtos no mesmo local, configurando uma “venda casada”, forçando os caminhoneiros a gastar o que poderia ser poupado e, muitas vezes, a preços mais altos (Huertas, 2013).

Como encontrado ao longo dos trabalhos de campo nessa cidade, durante a troca, o caminhoneiro pode receber de 30% a 70% do valor total antes da entrega. Esse pagamento é condicionado, na maior parte das vezes, ao abastecimento de combustível ou a compras de mercadorias no mesmo local de “troca” da carta-frete – e em alguns casos a preços mais elevados –, sendo o restante liberado após a entrega da mercadoria. O processo de pagamento dessas cartas ocorre em cabines nos postos de gasolina, com transferências eletrônicas feitas para o posto e, em seguida, com o restante do saldo pago ao caminhoneiro via “cheque-troco” (de R\$ 500 ou R\$ 1000 cada), transferências eletrônicas ou por PIX. Neste contexto, as empresas contratantes controlam parte de seus ativos financeiros por mais tempo – pois a compensação da carta-frete pode demorar até uma semana devido ao tempo de deslocamento –, ao passo que os caminhoneiros se transformam em credores das transportadoras. Esse sistema resulta em rendimentos reduzidos para os caminhoneiros, que acabam sendo reféns de uma relação desigual e perversa que os subordina, mantendo-os reféns a uma relação desigual. A complementaridade não é, assim, apenas uma dimensão funcional e uma espécie de mecanismo de adaptação às dificuldades e desigualdades existentes, reforça-se novamente, mas também parte do processo de reprodução perversa de relações e desigualdades que estruturam o território

Considerações Finais

Ao longo do texto, buscou-se discutir a realização do dinheiro no território brasileiro, tendo em vista a diversidade, as complementaridades e as especificidades urbano-regionais desse processo. Do ponto de vista da expansão de formas digitais, foi possível observar um duplo movimento: de um lado, há uma transformação dos territórios com mudanças nos sistemas de pagamentos, novos serviços (intermediários e finais) e objetos, de modo a tornar possível a digitalização do dinheiro e ampliar o alcance dessas formas. De outro, essa transformação relaciona-se com especificidades do processo de financeirização, subordinando agentes locais a lógicas de grandes empresas (como credenciadoras e instituidoras de arranjos de pagamento) e reduzindo sua autonomia financeira. Nesse sentido, a digitalização não apenas traz apenas novas possibilidades de reorganização das relações econômicas e espaciais, mas também reforça hierarquias e renova

dependências entre agentes, além de exigir a requalificação político-normativa e material dos territórios.

Porém, esse processo também se relaciona com especificidades urbano-regionais. Analisando as dinâmicas nos lugares é possível dizer que há uma diversidade de situações e uma heterogeneidade de relações envolvidas: múltiplas formas, lógicas e processos se entrecruzam e coexistem nas áreas estudadas. E, como foi discutido, também há complementaridades necessárias, enraizadas e parte integrante da reprodução das desigualdades territoriais existentes no país. Os lugares, então, se situam neste processo de digitalização e de realização das formas-conteúdo do dinheiro em um campo de tensões, em que essas coexistências diversas e complementares participam de um equilíbrio frágil entre a autonomia e a subordinação. Ainda que haja arranjos locais, com margens para negociações e uma relativa flexibilidade, também há um processo de financeirização cada vez mais capilarizado e o avanço da digitalização do dinheiro, inserindo agentes em lógicas mais amplas em que taxas, regulamentações e serviços controlados por grandes empresas reduzem suas margens de manobra. Essas tensões e contradições reforçam a ideia de que a análise da realização do dinheiro no território brasileiro não pode prescindir, assim, da busca pela compreensão de diferentes contextos e variáveis. As formas monetárias não existem isoladamente, mas são continuamente combinadas e articuladas, em um processo multifacetado de particularização e de transformação de formas abstratas em formas espaciais concretas.

REFERÊNCIAS

Afonso, L. “Uma leitura da urbanização recente da cidade de Luanda a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana”. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n.51, jan./abr. 2022.

Banco Central do Brasil (BACEN). “O Brasileiro e sua relação com o dinheiro: Pesquisa 2024”. Brasília, 2024.

Baumann, R. Integração regional e desenvolvimento econômico - com referência a Celso Furtado. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Brasília, 2005.

Bertollo, M. A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2019.

Bounie, D. “*Quelques incidences bancaires et monétaires des systèmes de paiement électronique*”. *Revue économique*, v. 52, n. 7, 2001.

Carmo, L. S. Território, finanças e circuitos da economia urbana: investigando a capilaridade das organizações do Jogo do Bicho em Arapiraca (AL). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

- Christophers, B. *"The limits to financialization"*. Dialogues in Human Geography, vol. 5(2), 2015.
- Contel, F. B. "Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil". Caderno CRH, v. 22, n. 55, 2009.
- Contel, F. B. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Curien, N. *Économie des réseaux*. Paris: La Découverte, 2005
- Gensollen, Michel. *"Internet. Marché électronique ou réseaux commerciaux?"*. Revue économique, v. 52, n. 1, 2001.
- Gonzalez, L. et. al. "Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise da COVID-19". Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 54(4), jul.-ago./2020.
- Guttman, R. *Cybercash: The Coming Era of Electronic Money*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.
- Hall, S. *"Geographies of money and finance III: Financial circuits and the 'real economy'"*. Progress in Human Geography, v. 37, n. 2, 2012.
- Hart, N. *Alfred Marshall and Modern Economics Equilibrium Theory and Evolutionary Economics*. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2013.
- Huertas, Daniel Monteiro. Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil 2013. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- Hunt, E. K; Sherman, H. J. *Economics: an introduction to traditional and radical views*. Nova Iorque, Harper & Row Publishers, 1986,
- Iamonti, V. Dinheiro e espaço geográfico: diversidade e complementaridades no território brasileiro. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- Iamonti, V. "Automação bancária e o circuito espacial das tecnologias bancárias. Sucessões e coexistências nas dinâmicas da formação socioespacial brasileira". Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, 2014.
- Ingham, G. K. *The Nature of Money*. Cambridge, Polity Press, 2004.
- Lameira, S. M. A. Feira do ver-o-peso: análise socioeconômica e da qualidade de vida dos feirantes do setor de hortifrutigranjeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade da Amazônia, Belém, 2020.
- Marshall, A. Princípios de economia – tratado introdutório (volume II). São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- Medeiros, D. A. Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- Montenegro, M. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Mota, T. S. Comércio Ambulante na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro/RJ: precarização do trabalho e circuitos da economia urbana. Dissertação (Mestrado), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2019.

Ouma, S. *Farming as financial asset: global finance and the making of institutional landscapes*. Newcastle: Agenda Publishing, 2020.

Pénard, T. & Rallet, A. “De l'économie des réseaux aux services en réseaux. Nouveau paradigme, nouvelles orientations”. *Réseaux*, v. 184–185, n. 2–3, 2014.

Pereira, S. O. G. “Se eu pudesse trabalharia só oito horas”: as condições de trabalho dos mototaxistas e vendedores ambulantes de Palmas/TO. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2020.

Plihon, D. *La monnaie et ses mécanismes*. Paris: La Découverte, 2004.

Pupo, C. G. P. Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Santos, M. A Natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, [1996] 2012.

Santos, M. “O retorno do território” [1994]. In: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. Edusp, 2005.

Santos, M. O Espaço Dividido. São Paulo: Edusp, [1979] 2004.

Silva, A. C. da. Cinco paralelos e um meridiano: contribuição ao discurso geográfico teórico. Tese (Livre-Docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

Silva, C. G. Desenvolvimento turístico na Amazônia: uma análise socioespacial fundada nos circuitos da economia urbana em Salinópolis, Pará. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Sousa, E. A. O comércio e serviço de alimentação em Mossoró (RN): reflexões acerca dos circuitos da economia urbana. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022.

Souza, S. L. O comércio de confecções em União dos Palmares-AL à luz da teoria dos circuitos da economia urbana. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

Tozi, F. “Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil”. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 24, n. 3, 2020.

Triches, D. & Bertoldi, A. “A evolução do sistema de pagamentos brasileiro uma abordagem comparada com os países selecionados no período 1995-2003”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 10, n. 2, mai./ago. 2006.

Venceslau, I. Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Victor Iamonti - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, processo nº 88887.480661/2020-00.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado em 29 de junho de 2023 junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (CEP-FFLCH/USP), processo nº 69849323.5.0000.0138.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 11-03-2025

Aprovado em: 07-05-2026

Publicado em: 21-08-2026